

a. O significado geral da leitura geopolítica

As definições de “geopolítica”

Longo de ser um conceito estabilizado, o termo “geopolítica” tem conhecido alterações substantivas no entendimento do seu conteúdo, acompanhando a evolução própria da teorização da guerra e da condução política dos Estados. De H. Mackinder (“impacto dos factores geográficos na política”) a Spykman (“política de segurança nacional dos países em termos dos respectivos factores geográficos”), de Virgílio de Carvalho (“um estudo de antecedentes históricos de sociedade humanas e países em função do ambiente geográfico”) a E. Backheuser (“a política feita em decorrência das condições geográficas”), passando por vários outros autores, é a definição que Vicens Vives atribui à geopolítica a que mais se aproxima do conteúdo intrinsecamente dinâmico do termo, ao defender que “a geopolítica é sempre vida e movimento, mudança e transformação [...] a essência íntima da geopolítica [é]: síntese e vida”.

Quando falamos em *geopolítica*, falamos do espaço em termos dinâmicos, isto é, do estudo da perspectiva de evolução futura da relevância do espaço para a estratégia que se pretende desenhar. O termo refere-se, assim, no essencial, à compreensão do efeito (no duplo sentido de constrangimento e de abertura de possibilidades) do espaço sobre a acção humana.

Até recentemente, o âmbito de acção da análise geopolítica limitou-se à esfera de análise da acção dos Estados, isto é, ao estudo do efeito do espaço sobre a acção do Estado. Nada, no entanto, obriga a isso, podendo/devendo a análise geopolítica ser usada para além dos limites da acção formal do Estado, nomeadamente pelos decisores económicos e sociais na prossecução das suas responsabilidades de gestão.

A consideração dos factores geopolíticos na elaboração estratégica de empresas e grupos de empresas é, aliás, mais do que aconselhável, uma exigência, no contexto da economia globalizada e competitiva. Sendo o binómio geopolítica e prospectiva o primeiro fundamento teórico da estratégia, a compreensão do espaço em que se movem as empresas a nível global – da constante mutação a que está sujeito, das suas novas e instáveis configurações múltiplas passíveis de se verificarem em cada momento –, conjuntamente com a visão prospectiva da sua evolução futura, são essenciais para que uma estratégia possa ter algum grau de sucesso.

De carácter intrinsecamente difuso, a geopolítica apresenta 4 características basilares: é sintética, analítica, global e auto-centrada, traduzindo esta última um perigo de que é necessário ter consciência

para poder ser evitado, dado que se traduz na visão do actor que pensa o seu próprio espaço, analisando-o assim em função de si mesmo e não do seu interlocutor, o que seria porventura mais útil à estratégia.

Esta realidade assume uma relevância especial dada a alteração que o conceito de espaço sofreu ao longo do séc. XX, e sobretudo nas suas últimas décadas, e que levaram a que o espaço deixasse de ser entendido como uma realidade estática e imutável, para incluir toda uma dimensão dinâmica e em permanente mutação, fazendo surgir novos paradigmas de relacionamento dos centros de decisão com o espaço em que se movem, acrescentando-lhe uma 5ª dimensão até agora inexistente. Com efeito, às 4 clássicas expressões do espaço material/físico (terra, mar, ar, sideral) juntou-se a dimensão desmaterializada do espaço enquanto referência estratégica para a decisão (cyber espaço ou espaço cibernético).

Os 3-4 níveis da geopolítica

Existem tradicionalmente 3 grandes níveis de geopolítica:

- global – a análise do sistema de relações entre actores no nível planetário (p.e., a geopolítica do petróleo ou o modelo bi-polar do sistema de relações internacionais);
- regional – focagem num conjunto específico de actores envolvidos numa determinada área (p.e., Médio-Oriente, África Austral, ou UE);
- nacional – o nível mais elementar na análise clássica, cujo objecto é o Estado (p.e., a geopolítica da França ou do Brasil – e, certamente, de Portugal).

A estes 3 níveis clássicos acrescentámos um 4º, o nível local, que se debruça sobre unidades/centros de decisão de base espacial interna ao Estado, e a que, por analogia com a divisão clássica entre macro e micro economia, chamamos microgeopolítica.

Trata-se de uma microgeopolítica discriminante do Estado e da política da cidade, sendo a cidade o actor decisivo do espaço local. Consequentemente, a microgeopolítica aparece-nos como a chave para o desenvolvimento das cidades, no duplo aspecto de compreensão (em termos aceitáveis e úteis porque gerais/abrangentes) e de acção (naquilo que é/deverá ser uma política da cidade – facilmente generalizável ao caso de um concelho), assentando em 2 pressupostos:

- um passivo: sobre as condições reais do espaço [físico e desmaterializado], se for criado um enquadramento favorável, os factores deslocam-se, transferem-se, para o ponto concreto, de uma cidade concreta [é claro que, se não houver vitalidade e dinamismo dos múltiplos factores, não há cidade para onde se desloquem e onde se localizem → p.e., os múltiplos casos de decadência de Impérios ou Nações]
- outro, activo: é possível utilizar políticas discricionárias para influenciar e orientar a criação, o percurso e a intensidade das forças do “pentagrama de ouro”.

b. Os vectores de análise

A alteração e as novas exigências das condições geoestratégicas mundiais e o reaparecimento da noção de complexidade nas relações internacionais a partir da déc. 70 do séc. XX, operaram uma alteração significativa na percepção da natureza do futuro.

Da concepção de um futuro relativamente passível de previsão, a análise possível centra-se nas múltiplas possibilidades de futuros, traduzida na alteração do método analítico que da abordagem cartesiana da projecção exige um exercício sistémico de prospectiva, onde são passíveis de ponderação todas as alternativas possíveis.

Fruto dos choques petrolíferos e do fim do sistema monetário internacional baseado na convertibilidade do ouro ocorridos na déc. de 70, e mais tarde reforçados pelas alterações profundas das condições geoestratégicas a nível mundial da déc. de 80, a percepção de uma realidade relativamente estabilizada esvai-se, dando lugar ao reconhecimento de uma nova realidade – um mundo mutável, incerto e complexo.

Em termos metodológicos, esta alteração da percepção da realidade e do seu futuro exigiu que, da projecção – assente em visões parcelares da realidade, recorrendo à análise de variáveis quantitativas e objectivas que se relacionam de forma estática e baseada em estruturas estáveis, e que através de modelos quantitativos e deterministas encontram um futuro consequência do passado, face ao qual se podia ter uma atitude passiva e adaptativa – se tenha passado para a análise prospectiva, que apresenta uma visão global da realidade, assente em variáveis qualitativas, podendo ou não ser quantificáveis, subjectivas, conhecidas ou implícitas, relacionadas de forma dinâmica e em estruturas evolutivas, onde o passado não determina o futuro, mas em que a visão resultante da reflexão sobre passa a constituir a principal razão de ser do presente. O futuro apresenta-se assim uma realidade múltipla e incerta, que exige uma atitude activa e criativa do centro de decisão.

A complexidade inerente à realidade, a multiplicidade e a incertitude do futuro exigem uma abordagem multi-dimensional capaz de abarcar os seus vários componentes. A dificuldade de tratar realidades complexas é inerente e inata ao ser humano, mas poderá ser resolvida através de dois mecanismos básicos. Um, por uma educação e formação que permita a elaboração de raciocínios complexos contemplando a multiplicidade de alternativas e a capacidade de raciocinar sobre uma realidade abstracta apenas pensável. Outro, pela aprendizagem organizacional, que permita obter capacidade para o tratamento inteligente da informação.

A leitura [útil] da geopolítica implica uma abordagem multi-dimensional sobre 10 vectores de análise, a saber:

- Tecnologia
- Economia
- Geografia
- Política
- Sociedade
- Segurança e defesa
- Demografia
- Ideologia
- Cultura
- Estratégia

Esta grelha de entrada na realidade permite compreender [assumir] e preparar a acção sobre a realidade, mas não é suficiente [embora necessária] para a acção, que requer também (e sobretudo) convicções e empenhamento – isto é, assumir –, capacidade e energia, e o tríptico organizar/estruturar/comandar. De novo – e, aliás, como sempre – reencontramos o tríptico compreender/assumir/agir.

O essencial é, obviamente, actuar fundamentadamente e com preparação prévia, pois só este exercício à *priori* permitirá a acção útil e avisada sobre a realidade.